

8 de setembro de 2020 – nº 1582

BANCÁRIO

**Categoria aprova
acordo.**

PLR e reajuste mantidos

CHEGADA

SINDICATO

crédito: Cláudio de Oliveira/Max Francioli.



App BancáriosCPS: convênios (Baixe em App Store ou Google Play) • www.bancarioscampinas.org.br



Facebook: @bancarioscps



youtube.com/bancarioscps



Twitter: @bancarioscps



Instagram: @bancarioscps



WhatsApp: (19) 99883-7717

Editorial

Direitos garantidos

A Campanha Nacional deste ano ocorreu dentro de uma conjuntura atípica. A partir do momento em que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia do novo coronavírus, em 11 de março, a crise econômica e política, já instalada no país, piorou.

Os direitos dos trabalhadores foram duramente atacados pelo governo federal. A Medida Provisória (MP) 936, que permite redução proporcional da jornada de trabalho e do salário em até 70% e suspensão de contratos de trabalho, o congelamento dos salários no setor público, e as ameaças de privatização do Banco do Brasil e da Caixa Federal, por exemplo, são ilustrativas de uma política retrógrada.

A fúria contra os direitos dos trabalhadores não

parou. Mais um exemplo. Em julho último, o presidente da República vetou a ultratividade, dispositivo jurídico reintroduzido na citada MP 936 pelo Senado Federal, na segunda quinzena de junho. Abolida pela reforma trabalhista do governo anterior, em 2017, a ultratividade proposta permitiria a prorrogação automática de acordos coletivos até a assinatura de novos instrumentos jurídicos durante a vigência do "Estado de Calamidade Pública", que termina no próximo dia 31 de dezembro.

No mundo do trabalho bancário, os sindicatos buscaram construir pontes para atravessar a pandemia e assegurar direitos. Um dia após a declaração da OMS, em 12 de março, o Comando Nacional dos Bancários e a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) criaram o Comitê de Crise, onde se negociou a liberação de parte da categoria para trabalhar em casa (home office), seja integrante ou coabitante com pessoas

enquadradas no grupo de risco para o novo coronavírus, sem perda de salários e direitos. No auge da crise sanitária, envolveu cerca de 300 mil trabalhadores.

E mais: no final do mês de março e início de abril, em reunião virtual do Comitê de Crise, os três maiores bancos privados (Itaú, Bradesco e Santander) assumiram compromisso em não demitir durante a pandemia; posteriormente, o Santander descumpriu o acordo verbal. Aliás, os sindicatos bancários não pararam um momento na luta contra a disseminação da Covid-19, cobrando respeito aos protocolos e aos direitos da categoria.

Mesmo com tantas adversidades, a categoria bancária resistiu. Durante a Campanha Nacional, os bancos inclusive tentaram reduzir e até cortar direitos, aplicar reajuste zero. A ameaça da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) perder a validade durante a Campanha Nacional

(data limite, 31 de agosto) pairou no ar; afinal a ultratividade deixou de existir. Os contratos de trabalho, a partir de 1º de setembro, estariam suspensos.

Com respaldo dos bancários, ao longo de doze rodadas/reuniões com os bancos, os sindicatos garantiram os direitos conquistados na luta, garantiram a renovação da CCT. A negociação, a mobilização, a discussão e a votação das contrapropostas ocorreram de forma virtual, remota. A pressão da categoria nas redes sociais impediu retrocessos. No mundo do trabalho bancário, prevaleceu a unidade da categoria.

A Campanha 2020 está encerrada.

A luta continua.

A Diretoria

1ª rodada

(4 de agosto)

Tema:

teletrabalho.

Fenaban destaca que não existe consenso entre os bancos.

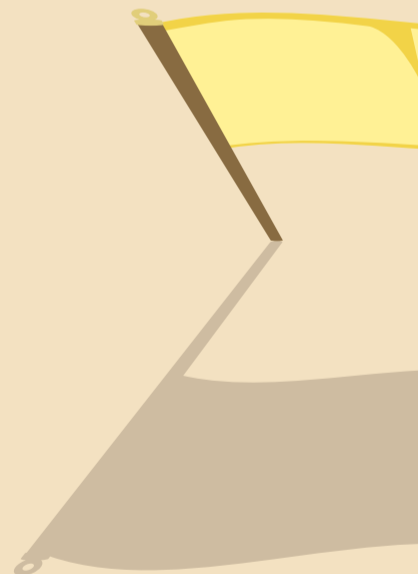
Sindicatos querem regulamentação.

2ª rodada

(6 de agosto)

Tema: *emprego.*

Apesar do compromisso assumidos pelos bancos em não demitir durante a pandemia, o Santander fechou 844 postos de trabalho no segundo trimestre deste ano.



3ª rodada

(11 de agosto)

Tema: saúde e condições de trabalho. Fenaban quer reduzir direitos. Encurtar os prazos para pagamentos da complementação salarial e do adiantamento salarial aos bancários afastados do trabalho para tratamento de saúde.

4ª rodada (13 de agosto)

Tema: igualdade de oportunidades. Sem contraproposta da Fenaban.

5ª rodada (14 de agosto)

Tema: cláusulas sociais. Sem contraproposta da Fenaban.

6ª rodada

(18 de agosto)

Tema: PLR. Fenaban propõe PLR reduzida em até 48%. Comando rejeita.

7ª rodada (20 de agosto)

Tema: cláusulas econômicas.

Fenaban propõe reduzir percentual da gratificação de função e cortar a 13ª cesta alimentação. Contraproposta rejeitada pelo Comando.

8ª rodada (21 de agosto)

Tema: cláusulas econômicas.

Fenaban propõe zero de reajuste salarial. Comando rejeita.

9ª rodada

(22 de agosto)

Tema: cláusulas econômicas.

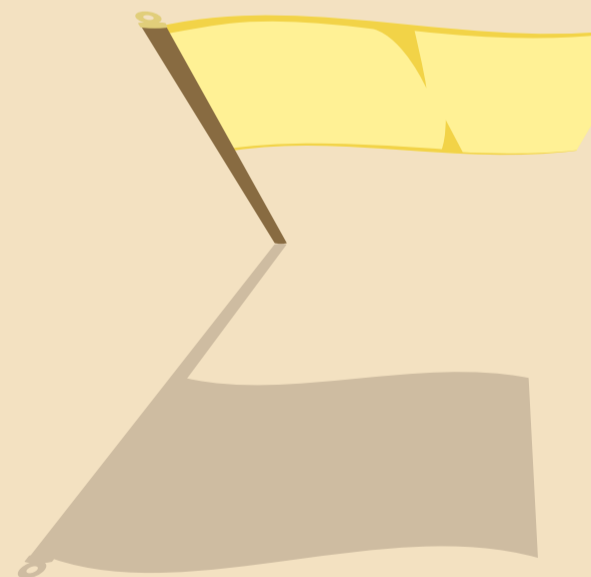
Fenaban apresenta nova contraproposta de PLR reduzida. Comando rejeita. Fenaban desisti de acabar com a 13ª cesta alimentação.

10ª rodada

(25 de agosto)

Tema: cláusula econômica.

Fenaban insiste no reajuste zero durante dois anos e propõe abonos neste ano e em 2021.



11ª rodada

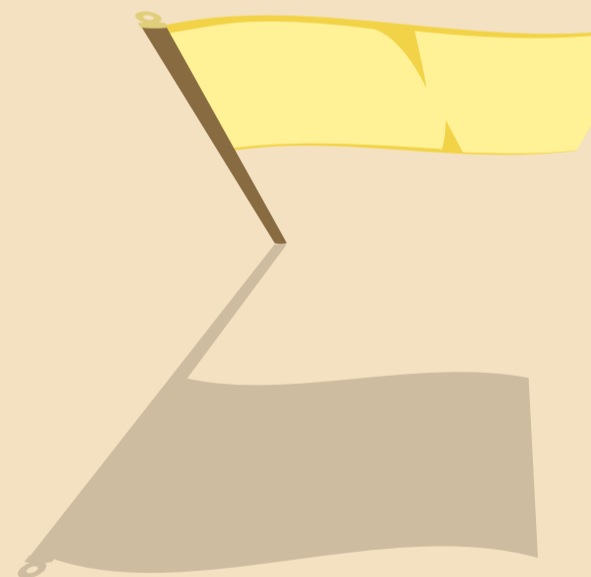
(26 de agosto)

*Tema: cláusulas econômicas:
Fenaban mantém reajuste zero e recua na PLR, que volta à regra atual.*

12ª rodada

(dias 27 e 28 de agosto)

*Tema: cláusulas econômicas.
Fenaban propõe reajuste salarial de 1,5% e abono de R\$ 2 mil neste ano. Em 2021, reposição da inflação mais aumento real de 0,5%.*



Nova CCT: principais pontos

Campanha Nacional

Reajuste

- Em 2020, 1,5% sobre os salários e abono de R\$ 2.000,00. Verbas corrigidas pelo INPC registrado entre setembro de 2019 e agosto 2020 (estimado em 2,74%).
- Em 2021, reposição integral da inflação (INPC/IBGE), registrada no período de setembro de 2020 a agosto de 2021, mais 0,5% de aumento real sobre os salários e todas as verbas.

PLR 2020

- PLR regra básica: 90% do salário mais R\$ 2.524,62 limitado a R\$ 13.543,37. Se o total ficar abaixo de 5% do lucro líquido, passa para 2,2 salários, com teto de R\$ 29.795,39.
- PLR parcela adicional: 2,2% do lucro líquido dividido linearmente para todos, limitado a R\$ 5.049,25.

Antecipação da PLR

- Primeira parcela depositada em até dez dias após assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).

Regra básica – 54% do salário reajustado em setembro de 2020, mais valor fixo de R\$ 1.514,78, limitado a R\$ 8.126,01 e ao teto de 12,8% do lucro líquido – o que ocorrer primeiro.

- Parcela adicional equivalente a 2,2% do lucro líquido do primeiro semestre de 2020, limitado a R\$ 2.524,62.

PLR 2021

- Para PLR e antecipação da PLR, as mesmas regras, com reajustes dos valores fixos e limites pelo INPC/IBGE de setembro/2020 a agosto/2021, acrescido de aumento real de 0,5%, com data de pagamento final até 01/03/2022.

Pisos 2020

- Piso portaria após 90 dias – R\$ 1.699,49.
- Piso escritório após 90 dias – R\$ 2.437,79.
- Piso caixa/tesouraria após 90 dias – R\$ 3.293,13 (salário acrescido de gratificação, mais outras verbas de caixa).

Vales e Auxílios 2020

- Auxílio-refeição – R\$ 37,71
- Auxílio-cesta alimentação e 13ª cesta – R\$ 653,60
- Auxílio-creche/babá (filhos até 71 meses) – R\$ 502,00
- Gratificação de compensador de cheques – R\$ 189,22.

Outros itens

- Requalificação profissional – R\$ 1.685,39
- Auxílio-funeral – R\$ 1.130,87.
- Indenização por morte ou incapacidade decorrente de assalto – R\$ 166.599,06

- Ajuda deslocamento noturno – R\$ 116,62.
Em 2021, os valores vigentes em 31/08/2021 serão reajustados pelo INPC/IBGE de setembro/2020 a agosto/2021, acrescido de aumento real de 0,5%.

Obs.: Nos itens corrigidos pelo INPC, neste ano, considerou-se a mais recente estimativa do Banco Central do Brasil para a data-base, de 2,74%.

Fonte: Contraf-CUT





Categoria aprova acordo. PLR e reajuste mantidos

Os bancários dos setores privado e público, lotados em Campinas e Região, aprovaram a nova Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) e os aditivos do Banco do Brasil e da Caixa Federal, em assembleia virtual realizada nos dias 30 e 31 de agosto. Na véspera da assembleia (29), o Sindicato realizou três plenárias virtuais de esclarecimentos (bancos privados, BB e Caixa Federal).

Negociada entre o Comando Nacional dos Bancários e a Federação Nacional dos Bancos (Fena-ban), em 12 rodadas (de 4 a 28 de agosto), **a nova CCT foi aprovada por 1288 bancários (378/privados, 467/BB e 443/Caixa); 457 votaram contra (52/privados, 164/BB e 241/Caixa).**

Já o Aditivo à CCT do BB recebeu 467 votos favoráveis; 164, contra. Na Caixa Federal, o Aditivo à CCT foi aprovado por 443 votos; 241 contra.

A nova CCT, entre outros pontos, prevê reajuste salarial de 1,5%, mais abono de R\$ 2 mil, reposição da inflação dos últimos 12 meses (setembro de 2019 a agosto 2020, estimada em 2,74%) para as demais verbas, como vales alimentação, refeição e auxílio creche/babá.

De acordo com o Comando, o reajuste de 1,5%, mais abono de R\$ 2 mil neste ano garante, no período de 12 meses, valores acima do que seria obtido apenas com a aplicação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) para salários até R\$ 11.202,80. O que representa 79,1% do total de bancários. Inclusive considerando o pagamento de 13º salário, férias e FGTS.

Aumento real em 2021

Para 2021, a nova CCT estabelece reposição do INPC acumulado no período setembro de 2020 a agosto de 2021, mais aumento real de 0,5% para salários e demais verbas como VA e VR, assim como para os valores fixos e tetos da PLR (Participação nos Lucros e Resultados).

PLR

A Participação nos Lucros e Resultados será calculada com base na regra atual. Os valores fixos e tetos, deste ano, serão reajustados com base no INPC acumulado nos últimos doze meses, estimado em 2,74%.

Vigência: A nova CCT contempla todas as cláusulas da anterior e terá vigência de dois anos, até o dia 31 de agosto de 2022.

BB: PLR e GDP sem mudanças

Reunidos em assembleia virtual nos dias 30 e 31 de agosto, os funcionários do Banco do Brasil aprovaram o novo aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), que mantém a Participação nos Lucros e Resultados (PLR/módulo BB, distribuição de 4% do lucro líquido) e as regras da Gestão de Desempenho Profissional (GDP). A contraproposta final foi apresentada pelo BB à Comissão de Empresa (CEBB), durante a sétima rodada de negociação, realizada por videoconferência no dia 28 de agosto.

GDP: Mantido os três ciclos de desempenho insatisfatório para descomissionar. A contraproposta inicial do banco era um ciclo, depois, mudou para dois.

SAA: No que se refere ao funcionário que trabalha no autoatendimento, mantido o intervalo de descanso dentro da jornada de trabalho; na quarta rodada (17 de agosto), o banco havia proposto fim do intervalo.

Saúde: Mantido o prazo de 180 dias para avaliação médica, em caso de licença saúde. Na terceira rodada (14 de agosto), o BB havia proposto redução do prazo, passando para 120 dias.

Mesas: Serão instaladas mesas específicas: incorporados (faltam definir a pauta e datas das reuniões), teletrabalho, escritórios digitais, saúde e segurança bancária.

Intervalo de almoço: Para os funcionários de 6h, 15 minutos (sem ponto eletrônico); de 15 a 60 minutos (com ponto eletrônico). A opção é do funcionário.

Folgas abonadas: Neste ano, conversão em espécie do saldo final; sem acumulação. Em 2021, não converte em espécie e nem acumula. O estoque acumulado poderá ser convertido em espécie a qualquer momento ou tirar junto com as férias. A opção é do funcionário.

Fonte: Contraf-CUT

Opinião

Para a diretora do Sindicato e representante da Federação dos Bancários de SP e MS na CEBB, Eli-

sa Ferreira, "em plena pandemia, crise econômica e ataques do governo Bolsonaro contra os direitos dos trabalhadores, renovamos o aditivo à CCT. A PLR, por exemplo, foi mantida. Isso reflete a força, a resistência dos funcionários do BB. Motivo de orgulho. Porém, a luta continua".



Caixa: mantidos modelo de custeio do plano de saúde e PLR Social

O novo aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), aprovado pelos empregados da Caixa Federal em assembleia virtual realizada nos dias 30 e 31 de agosto, garante o atual modelo de custeio do Saúde Caixa, a PLR e a PLR Social. A contraproposta final foi apresentada pela Caixa Federal à Comissão Executiva dos Empregados (CEE) durante a oitava rodada de negociação, realizada por videoconferência no dia 28 de agosto.

Saúde Caixa: O modelo de custeio (70/30) do Saúde Caixa está mantido, garantindo o pacto intergeracional, o mutualismo e a solidariedade. E mais: inclusão de todos os novos empregados (contratados a partir de 2018) no plano de saúde, inclusive os PCDs.

A partir de janeiro de 2021, a contribuição para o titular passa para 3,5% do salário e 0,4% por dependente, com teto de 4,3%. A coparticipação será de 30% por

procedimento e o teto anual por grupo familiar será fixado em R\$ 3.600,00.

Além disso, não será cobrada a coparticipação para internação e tratamento oncológico. Para o atendimento em pronto socorro, coparticipação de R\$ 75,00. O custo administrativo será integralmente de responsabilidade do banco.

PLR e PLR Social: Mantidas a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e a PLR Social (distribuição linear de 4% do lucro líquido). A PLR será com base na nova CCT.

Limite: A PLR e a PLR Social serão limitadas a três remunerações base (RB), segundo determinação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest).

Trabalho: Instalação de Grupo de Trabalho (GT) para discutir e elaborar propostas para sustentabilidade financeira do Saúde Caixa.

Aditivo: Manutenção de todos os benefícios estabelecidos no Aditivo à CCT.



Itaú paga PCR

Direito

O Programa Complementar de Resultados (PCR) será pago pelo Itaú Unibanco junto com a primeira parcela da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), a ser creditada em até 10 dias após a assinatura da nova Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), aprovada pela categoria em assembleia virtual realizada nos dias 30 e 31 de agosto. O valor do PCR deste ano será de R\$ 2.943,50. Ou seja, reajuste de 1,5% sobre o valor do PCR pago em 2019, que foi de R\$ 2.900,00.

O valor final do PCR depende da rentabilidade do banco neste ano, caso ultrapasse 23%, será pago uma diferença em março de 2021. O PCR, que é pago para todos os funcionários, é um direito conquistado em 2003.

Próximo PCR: Os sindicatos já entraram em contato com o Itaú Unibanco para negociar o PCR de 2021/2022.

Opinião

Para o diretor do Sindicato e representante da Federação dos Bancários de SP e MS na CEE, Carlos Augusto Silva (Pipoca), "chegamos ao final de processo de negociação assegurando as resoluções da 22ª Conferência Nacional dos Bancários e do 36º Conecef. O que representa uma avanço, considerando a conjuntura econômica, a crise sanitária vivida pelo país".



A LUTA CONTINUA



Ligue para os diretores e assessores do Sindicato.

Bradesco

Lourival (19) 99883-7794

Eduardo (19) 99883-7971

Daniel (19) 9 9883-7434

Gustavo (19) 99883-7244

Jacó (19) 9 9883-7779.

Banco do Brasil

Elisa (19) 99883-7195

Linda (19) 99883-7852

Marcos Eduardo (19) 9 9732-3311

Cida (19) 99883-7806.

Caixa Federal

Pipoca (19) 99883-8287

Marcelo Lopes (19) 99863-7612

Lilian (19) 99787-0247

Silvio (19) 99883-7479.

Itaú

Vander (19) 99883-7685.

Santander

Cristiano (19) 99883-7736

Patrícia (19) 99883-7152.

Assessores

Carla: (19) 99883-7706

Celso: (19) 99883-7715

Noel: (19) 99883-7837

Walter: (19) 99883-7590.

**Bancário (a),
junte-se ao Sindicato.
Abraça a luta.**

Expediente - O BANCÁRIO - Publicação do Sindicato dos Bancários de Campinas e Região. Presidente: Lourival Rodrigues da Silva. Jornalista Responsável: Jairo Gimenez (Mtb 13.683). Diretor de Imprensa: Cristiano Meibach. Criação: Airton Francisco. Sede: Rua Ferreira Penteado, 460, centro. Fone: (19) 3731-2688 - Clube: (19) 3251-3718. Subsedes: Americana: (19) 3406-7869 - SJB Vista: (19) 3622-3514. Internet: www.bancarioscampinas.org.br. E-mail: jorbanc@bancarioscampinas.org.br. Filiado à FEEB SP-MS, Contraf-CUT e CUT.

A large, bold, red letter 'S' with a white outline, set against a background of light gray curved shapes.

**SINDICATO DOS
BANCÁRIOS**

CAMPINAS E REGIÃO